

AQUELES “AO LADO”, OS “DE CIMA”, OS “DE BAIXO” E OS “DE FORA” : REVISITANDO POLÍTICAS CULTURAIS LATINO-AMERICANISTAS NOS ANOS 1920

Alex de Carvalho Matos¹
DOI: 10.29327/2282886.8.1-15

Resumo: Há mais de um século, instituições, intelectuais, movimentos e grupos sociais se viram diante de um mesmo desafio: fortalecer os vínculos entre os países deste território ao sul do Equador e entre o Pacífico e o Atlântico que convencionamos chamar América Latina. O presente artigo revisita os primeiros anos do século XX, momento fundacional das políticas culturais de integração do continente, quando o que já embalava o campo da literatura ganha espaço entre estudantes universitários, artistas, políticos e movimentos sociais. Para tanto, nossa abordagem percorre diversas dimensões desse debate no intuito de mapear as tensões e desafios que envolvem a configuração de tais políticas.

Palavras-chave: Latino-americanismo; Políticas Culturais; Redes Transnacionais; Anti-imperialismo; Década de 1920

LOS “DE LADO”, LOS DE “ARRIBA”, LOS DE “ABAJO”: LOS DE “FUERA”: REVISANDO LAS POLÍTICAS CULTURALES LATINOAMERICANAS EN LOS AÑOS 20

Resumen: Desde hace más de un siglo, instituciones, intelectuales, movimientos y grupos sociales se enfrentan a un mismo desafío: fortalecer los vínculos entre los países de este territorio al sur del Ecuador y entre el Pacífico y el Atlántico que coincidimos en llamar América Latina. Este artículo revisita los primeros años del siglo XX, momento fundacional de las políticas de integración cultural del continente, cuando lo que ya configuraba el campo de la literatura ganaba terreno entre universitarios, artistas, políticos, movimientos y grupos sociales. Para ello, nuestro enfoque camina por varias dimensiones de este debate con el fin de mapear las tensiones y desafíos que involucran la configuración de tales políticas.

Palabras claves: Latinoamericanismo; Políticas Culturales; Redes Transnacionales; Antiimperialismo; Década de 1920

THOSE “ON THE SIDE”, THOSE “ABOVE”, THOSE “BELOW”: THOSE “OUTSIDE”: REVISITING LATIN AMERICAN CULTURAL POLICIES IN THE 1920s

Abstract: For more than a century, institutions, intellectuals, movements and social groups have found themselves facing the same challenge: strengthening the links between the countries of this territory south of the Equator and between the Pacific and the Atlantic that we agree to call Latin America. This article revisits the first years of the 20th century, a foundational moment for the continent's cultural integration policies, when what was already shaping the field of literature gained ground among university students, artists, politicians and social movements. To this end, our focus moves through several dimensions of this debate in order to map the tensions and challenges that involve the configuration of such policies.

Keywords: Latin-americanism; Cultural Policies; Transnational Networks; Anti-imperialism; 1920s.

Introdução²

¹ Doutorando em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP. Mestre em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pelo IAU-USP. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-2498-6981>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0882826600696674>.

² As traduções do espanhol e do inglês para o português foram feitas pelo autor do artigo.

No início do século passado, as mais variadas iniciativas configuraram os primeiros esforços de uma longa trajetória das políticas de integração latino-americana. A despeito de toda sorte de diferenças, estas iniciativas teriam em comum uma mesma motivação: *o perigo imperialista ianque*. Embora se possa rastrear um sentimento anti ianque já em escritos como *Los Estados Unidos y la América del Sur: los yanquis pintados por sí mismos* (1893), do argentino Ernesto Quesada (1858-1934), será a Guerra Hispano-Americana, em 1898, que apresentará um marco definitivo - momento no qual os Estados Unidos passam de aliado contra a dominação colonial espanhola a inimigo expansionista no continente. As percepções sobre o país norte-americano alteram-se, então, “abruptamente” (ORTEMBERG, 2017), fazendo nascer do anti-imperialismo o latino-americanismo.

Recuperar essa *razão de ser* histórica das políticas culturais de integração latino-americana é fundamental para não esquecermos que *a América Latina é, para todos os efeitos, um projeto de soberania geopolítica do continente*. Isso significa manter sempre em mente que todo esforço latino-americanista foi em algum momento informado, explícita ou tacitamente, por posturas frente ao imperialismo, seja ela compreendida na chave do “jogo do desejo” (MONTEIRO, 2009), de “atração e recusa” do inimigo do Norte, como argumenta Pedro Meira Monteiro, ou como um questionamento radical ao expansionismo ianque que não abre mão de “pontes políticas e culturais com os setores progressistas estadunidenses” (BERGEL, 2011), como observa Martin Bergel.

“É a dominação, precisamente, e o temor de uma força inimiga, gigantesca e avassaladora, que dão partida à imaginação desse outro espaço que, na longa duração do pensamento social, nos faz pensar, antes ainda da Ibero-América, numa América latina”, argumenta Monteiro. Segundo o autor, essa “comunidade imaginada” (tomemos de empréstimo aqui a noção de Benedict Anderson), “projetando-se desde o Sul dos Estados Unidos (ou daquilo que viria a ser o território dos Estados Unidos da América), permitiria a muitos intelectuais que sonhassem, mais ou menos vagamente, com uma gloriosa e imbatível linhagem romana” (MONTEIRO, 2009, p. 162). Quase um século antes, o também brasileiro Oswald de Andrade havia manifestado um entendimento semelhante sobre a ideia de uma “América do Sul” fundada no “idealismo latino”. Para o consagrado modernista paulista, “o último legionário, ao contrário do que informa a história, não parou nos limites latinos da Rumânia”, atual Romênia, antiga província do Império Romano...Atravessando o Atlântico, “no século XVI, foi lançar no Uruguai as bases das suas ‘Missões’ (ANDRADE, (1923); 1992, p. 29). Nessa tradição crítica, que tem a mesma idade do anti-imperialismo e do

Latino-americanismo, a “América Latina”, a “América do Sul” ou a “Ibero América” são apresentadas como idealizações que remontam ao “domínio intelectual do padre latino” e a sua “escolástica” (OSWALD (1923); 1992, p. 30), cuja sobrevivência dependeria de uma postulada “unidade íntima” que transforma intelectuais quase em “agentes demiúrgicos do discurso nacional e regional, reveladores privilegiados dos segredos da coletividade” (MONTEIRO, 2009, p. 160). Uma “unidade”, ainda assim, sempre mediada por uma intelectualidade que “desde o Sul olha para o Norte, num estranho jogo de encantamento e desencantamento” (Idem, p. 162)³.

Bergel também está atento a essa retórica anti-imperialista evocada por figuras como o peruano Francisco García Calderón (1834-1905), então apreensivo com as “forças misteriosas que dominam o palco do teatro de Maeterlinck e preparam as grandes tragédias” (CALDERÓN apud BERGEL, 2011, p. 157). No entanto, sua atenção se volta para o que denominou de *anti-antinorteamericanismo*, um “discurso mais tênue e episódico: aquele que [no início do século XX] tem buscado, justamente, complexificar as avaliações do fenômeno imperialista (sem que isso implique negá-lo)”, bem como “intervir sobre os efeitos locais derivados dos usos da retórica anti-imperialista”, além de “oferecer visões que vão além dos binarismos que geralmente são inseridos nesses usos” por outras figuras daquele momento (Idem, 2011, p. 157). Para além da matriz anti-imperialista de viés culturalista, o professor argentino de história na Universidade de San Martín e na Universidade de Buenos Aires apresenta uma linhagem que privilegiou fatores políticos e econômicos em suas interpretações do imperialismo.

Um primeiro nome elencado para compor essa genealogia é o do argentino Manuel Ugarte (1875-1951). Embora ele não possa ser considerado um anti-antinorteamericanista, sua militância anti-imperialista focada em aspectos políticos abriu caminho para que algumas figuras da geração seguinte deixassem de considerar os Estados Unidos como um “espaço homogêneo globalmente contestável” (BEIGEL, 2011, p. 160), como o fez o peruano Víctor Haya de La Torre (1895-1979) em seus “anos ingleses”, quando aprofundou o estudo de escritos marxistas e da Revolução Russa. Em texto de 1926 intitulado *Opresores y oprimidos; explotados y explotadores*, La Torre, considerando que “os povos exploradores também têm classes exploradas cuja solidariedade é com os povos explorados”, chega à seguinte conclusão: “O anti-imperialismo é anticapitalismo, e o anticapitalismo é revolução, socialismo, levante dos oprimidos contra os opressores, dos explorados contra os

³ Para uma reflexão sobre posturas de alguns modernistas brasileiros em relação a uma articulação continental no início do século XX ver: MATOS; BOTAS, 2023.

exploradores” (LA TORRE apud BERGEL, 2011, p. 161)⁴. O argentino Alfredo Palacios (1878-1965) também poderia ser visto na mesma chave, a partir de sua carta *A la juventud universitaria y obrera de los Estados Unidos* (1927). Além desses, Bergel resgata outros dois nomes representantes de um antiimperialismo “não meramente político, mas também cultural”, ambos de peruanos: José Santos Chocano (1875-1934), que reconhecia em “alta voz” que “os Estados Unidos também poderiam testemunhar uma saga de figuras ilustres que emergiram de seu meio” (BERGEL, 2011, p. 163) e José Mariátegui (1894-1930), entusiasta da obra de Samuel Guy Inman e do romancista, historiador, político ativista e crítico norte-americano Waldo Frank (1889-1967), considerado pelo amauta “jovem pioneiro da verdadeira civilização americana” (MARIÁTEGUI apud BERGEL, 2011, p. 163).

No percurso dessa investigação sobre os anti-antinorteamericanismos, chama atenção outro aspecto fundamental do anti-imperialismo, esse impulso sem o qual não se pode entender um dos elementos centrais a dar sentido às primeiras políticas culturais de integração latino-americana: a *base social* da luta contra o expansionismo estadunidense. Se, como vimos, o anti-imperialismo não foi necessariamente um jogo de “atração e recusa”, também não se reduziu à obra de “agentes demiúrgicos do discurso nacional e regional, reveladores privilegiados dos segredos da coletividade”. Longe de ser fruto do segredo de uma “unidad íntima”, o anti-imperialismo sobre o qual se debruça Bergel emergiu também enquanto *opinião pública*. O êxito de Ugarte em suas viagens militantes entre 1911 e 1913 por “inumeráveis cidades do continente” não diz respeito somente a uma capacidade retórica inata. Nesse momento, pontua Bergel, “a sensibilidade anti-imperialista era já patrimônio de significativos setores das sociedades latino-americanas” (BERGEL, 2011, p. 158). Nos anos 1920, discursos contra o imperialismo ianque passaram a emanar tanto de entidades intelectuais e políticas como a portenha Unión Latinoamericana, liderada por José Ingenieros e Alfredo Palacios, a Liga Antiimperialista de las Américas, sediada no México, e a peruana Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), encabeçada por Víctor Haya de La Torre, como de periódicos como *Claridad*, que “pediam aos leitores que boicotassem produtos, revistas e até filmes de origem americana” em repúdio à execução sumária dos militantes anarquistas Sacco e Vanzetti em Massachusetts (BERGEL, 2011, p. 159).

⁴ No ano seguinte, convidado a proferir uma série de conferências nos EUA, entra em contato com norteamericanos críticos ao intervencionismo ianque, como o escritor Upton Sinclair (1878-1968) e o autor de *La diplomacia del dolar* (1925), Scott Nearing (1883-1983), além do líder dos socialistas estadunidenses Norman Thomas e do ativista protestante Samuel Guy Inman, este último dedicado a unir as duas Américas (BERGEL, 2011).

1. Latino-americanismo “desde abajo”

As bases do anti-imperialismo assumem tamanha importância na investigação de Bergel, que o autor, poucos meses depois e abarcando o mesmo período, passa da reflexão sobre o anti-antinorteamericanismo ao exame do que chamou de “Latino-americanismo *desde abajo*” (BERGEL, 2012). Trata-se de um esforço em mapear “práticas e representações intelectuais” de um ciclo de contribuições marcado por particularidades que estão longe da convergência em uma história única e linear, como o “relato latino-americanista hegemônico”, que *apaga as arestas* entre Bolívar, Martí, Vasconcelos, Mariátegui, Perón e Che Guevara. Em outra perspectiva, o historiador argentino “busca produzir um efeito de desagregação nessa história evolutiva”, no intuito de restituir “descontinuidades e pluralidades” que marcam iniciativas latino-americanistas de integração continental que não tiveram como protagonistas “nem Estados nem políticos caudilhos e líderes de organizações de massa”. Quem “dá vida” ao ciclo que vai do final do século XIX aos anos 1930, advoga o autor, são “intelectuais, estudantes e, em alguns casos, trabalhadores”, agentes na configuração de “[...] um emaranhado muito intenso de contatos e vínculos que por sua extensão e profundidade deram vida a um imaginário continentalista que se tornou patrimônio de amplas camadas das populações latino-americanas” (BERGEL, 2012, p. 9).

Nessa perspectiva, a *Reforma Universitária* de 1918 assume um papel fundamental. Teria sido esse processo reformista deflagrado pelos estudantes da Universidad Nacional de Córdoba a “caixa de ressonância” (DONGHI apud BERGEL, 2012, p. 10) a ecoar pelo continente inflexões políticas responsáveis por informar os movimentos de integração latino-americana da década seguinte. Já em *Ariel* (1900), Rodó havia imaginado que “os ventos de renovação” viriam da “juventude do continente” (BERGEL, 2012, p. 17). E foi essa juventude que, de dentro das universidades e informada pelo arielismo, assumiu o lugar de enunciação do Latino-americanismo. É o que vemos aparecer, ao menos em seu “afã unionista”, já no Primeiro Congresso Centro-americano de Estudantes Universitários, realizado na cidade de Guatemala no ano seguinte à publicação da obra do autor uruguaio, quando então se advogou sobre “a necessidade de trabalhar pela unificação de todos os estudantes centro-americanos” (BERGEL, 2012, p. 18). Com os congressos internacionais de Montevideo (1908), de Buenos Aires (1910), e de Lima, (1912), esse impulso integrador vindo dos estudantes ganhou ainda mais força ao cumprir declaradamente uma “função de política diplomática”: “Os estudantes, percebidos como bandeiras de uma nova época de fraternidade entre as nações do subcontinente [...] teriam sido expressamente comissionados

como "embaixadores intelectuais" (BERGEL, 2012, p. 19). Mas se até então “as delegações estudantis eram compostas majoritariamente por pessoas cuja extração social as colocava em continuidade e não em dissidência com as elites sociais e políticas dos regimes oligárquicos”, é a “nova geração” dos “reformistas de 18” que “marcará a passagem para uma nova situação em que as federações estudantis assumirão posições cada vez mais anti-oligárquicas”: “a palavra revolução, associada a diferentes significados e práticas, passará a ser parte do vocabulário estudantil” (BERGEL, 2012, p. 19-20).

Mais uma vez aqui, entre as figuras que protagonizaram esse processo, aparece o nome de Manuel Ugarte, articulando assim “a temática anti-imperialista” e a “emergência de uma nova geração”. Ao lado dele, reaparece o também socialista Alfredo Palácios, que de opositor ao movimento estudantil passou a atuar como um de seus mais engajados entusiastas. Afinal, “foram sobretudo algumas figuras que se destacaram por seu prestígio e sua capacidade de oratória que protagonizaram esses rituais latino-americanistas” (BERGEL, 2012, p. 26). Contudo, Ugarte “nasceu [...] em uma família ligada à classe latifundiária” e seu pai, Floro Ugarte, “tem laços importantes com os homens mais ricos do país e integra os círculos políticos da oligárquica Argentina” (Centro de Estudios de Integración Latino-americana “Manuel Ugarte”). Palácios, por sua vez, de origem não muito distinta, era filho de Aurelio José Florencio Palacios Bustamante, “um político uruguaio de renome” (Ministério de Cultura Argentina). Se a origem oligárquica não impede que Ugarte e Palacios assumam uma postura autocrítica, é difícil concordar que sejam eles os melhores representantes de um Latino-americanismo “dos de baixo”. Posto isto, ou devemos entender esse estrato social como uma camada *logo abaixo das oligarquias*, sendo, neste caso, a geração dos filhos que rompem, ao menos ideologicamente, com suas origens oligárquicas, o que limitaria o potencial crítico de um “Latino-americanismo dos de baixo”; ou é necessário “descer” um pouco mais no exame das possibilidades dessa ideia invocada por Bergel.

Em outro momento de sua investigação, o autor associa a configuração de “um cenário mais concreto e situado para as ações dos jovens” à “fundação de novas universidades e/ou a expansão progressiva dos círculos sociais que até então as frequentavam” (BERGEL, 2012, p. 17). Mais adiante, ao considerar “movimentos intelectuais que buscavam”, antes de 1918, “preservar esferas de autonomia em relação aos Estados”, menciona a fundação em 1911 de uma Universidade Popular Mexicana. Bergel não ignora essa outra camada do “Latino-americanismo desde [más] abajo”, mas teria deixado prevalecer nessa justa consideração “a subsequente posição paternalista do Estado mexicano em relação aos

intelectuais ao longo do século XX” (BERGEL, 2012, p. 31). Em síntese, por essa perspectiva, ficamos apenas com a seguinte percepção desses processos que antecederam a Reforma Universitária de Córdoba: teriam sido revolucionários, *pero para lo que viene después, no mucho*.

Foi justamente a partir da implantação das Universidades Populares na América Latina entre os anos de 1910 e 1925 que o antropólogo e historiador peruano Ricardo Melgar Bao, mais de uma década antes de Bergel, desenvolveu sua reflexão sobre um Latino-americanismo de base popular. Já nas primeiras linhas de seu ensaio adverte:

[...] as leituras sobre a Reforma Universitária latino-americana exageraram o peso de suas verdadeiras rupturas ideológicas e institucionais, desvalorizando ou negando certas linhas de continuidade, pelo menos no que diz respeito ao campo da ‘extensão Universitária’, ou seja, sua busca moderna e civilizatória pelo povo (BAO, 1999, p. 41).

O autor peruano apresenta alguns exemplos, sendo o primeiro deles a Universidade Popular de Buenos Aires, fundada em 1904 pelo Partido Socialista Argentino; o segundo, a Universidade Trabalhador na mesma cidade, fundada em 1909, mas de existência mais efêmera; e, por fim, a “mais mencionada mas não estudada”, a Universidade Popular Mexicana, fundada em 1912 pelo Ateneo da Juventude (BAO, 1999, p. 43). Ainda que Bao reconheça que “as Universidades Populares, restritas em número e capacidade de gestão e apoio por parte das instâncias do governo universitário, expressaram principalmente o ponto de vista estudantil”, não deixa de considerar que essas experiências buscaram “uma nova Universidade, menos elitista, tradicional e autoritária” (BAO, 1999, p. 44).

Nesse quadro, quem aparece no centro do debate não é o argentino Ugarte, tampouco seu conterrâneo Palacios, mas justamente o mexicano José Vasconcelos, pois teria sido “graças a iniciativa vasconceliana” que, em 1921, “o tema das Universidades Populares alcançou uma centralidade sem precedentes no movimento de reforma latino-americano” (BAO, 1999, p. 44). Bao se refere ao apoio de José Vasconcelos ao Primeiro Congresso Internacional dos Estudantes no México, cuja resolução expressou não somente o compromisso com “o advento de uma nova humanidade, fundada em princípios modernos de justiça na ordem econômica e política”, como também o engajamento no “estabelecimento de Universidades populares”, “livres do espírito dogmático e partidarista”, e que “intervenham nos conflitos dos trabalhadores, inspirando a sua ação nos modernos postulados de justiça social” (BAO, 1999, p. 44). Contraditoriamente, teria sido a “profícua gestão cultural” de José Vasconcelos que tornou “supérflua” a existência da Universidade Popular Mexicana.

Latino-americanismo dos “de arriba”

Para entendermos o que se passa, passemos então do declínio da Universidade Popular à ascensão da política cultural mexicana de integração latino-americana protagonizada por Vasconcelos, fazendo assim um movimento contrário: examinemos esse Latino-americanismo promovido pelo Estado, o Latino-americanismo dos “de cima”, do México Revolucionário. Certamente não se pode negar o envolvimento da alta cúpula dos governantes daquele país. Afinal, foi o então Secretário de Educação Pública, José Vasconcelos, quem encabeçou missões diplomáticas pelo continente no intuito de estreitar vínculos entre os países da região. Essa “subida” não para por aqui: em 1919, o então presidente Carranza havia anunciado uma série de medidas que visavam garantir a soberania mexicana e a de outros países do continente frente às crescentes pretensões imperialistas dos Estados Unidos. A chamada “doutrina Carranza”, resposta à “doutrina Monroe”, teria demarcado o mais elevado nível geopolítico de formulação anti-imperialista a embasar as políticas culturais de integração latino-americana naquele momento (DIAS, 2018).

Tamanha *presença mexicana* não pôde passar despercebida pelo olhar desdenhoso de Oswald de Andrade, que em 1929, num texto endereçado a Tristão de Athaide (1893-1983), confessava: “ignoro também a obra que você cita do mexicano Vasconcellos, que ainda pessoalmente percebi uma vez em São Paulo, acompanhado de uma porção de idiotas locais” (ANDRADE [1929], 1992, p. 42). Tal influência “desde arriba” também não pôde ser ignorada oito décadas mais tarde pelo conterrâneo Pedro Meira Monteiro, quando este se dedica a “explorar o diálogo ‘latino-americano’ em que se sustenta a formulação do ‘homem cordial’”, um “diálogo indireto” entre Ribeiro Couto, criador dessa figura “que apresenta num pequeno artigo para a revista Monterrey, editada pela Embaixada do México no Rio de Janeiro”, e o diplomata e ensaísta mexicano Alfonso Reyes” (MONTEIRO, 2009, p. 167) E mesmo Bergel, cujo interesse está em demonstrar o protagonismo do “Latino-americanismo desde abajo”, apresenta Vasconcelos como fundador da Universidade Popular Mexicana em 1911, durante a passagem de Ugarte pelo México, como diretor do Ateneo de la Juventud em 1912 e como chefe da Secretaria de Educação Pública entre 1922 e 1924.

Acumulando prestígio nos mais diversos estratos de atuação política - desde um “Latino-americanismo desde [mais] abajo” dos tempos do Ateneo de la Juventud e das Universidades Populares aos compromissos de um “Latino-americanismo desde arriba” enquanto membro das elites políticas, o trajetória de José Vasconcelos também coleciona

Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 8, n. 1, 2024, p. 294-310

contendas, sobretudo no próprio diálogo que buscou estabelecer entre trabalhadores, Estado Nacional Mexicano e uma geopolítica latino-americanista embalada tanto pela Doutrina Carranza quanto pela Reforma Universitária de 1918. Já no Primeiro Congresso Internacional de Estudantes, Vasconcelos, então Secretário da Educação Pública engajado na promoção do evento, seria surpreendido pelo conteúdo da “resolução de princípios”. Nela, os estudantes clamavam pela:

[...] abolição do estado dominador e sua ideologia de poder público, a destruição da exploração do homem pelo homem e o regime de propriedade que o corresponde, a oposição ao “princípio patriótico do nacionalismo” que atenta contra a integração universal dos povos e da irmandade latino-americana (BAO, 1999, p. 53).

Tais ideias expressas pelo líder da Federação dos Estudantes do México demarcaram a “incompatibilidade estatutária entre seu organismo e os acordos do Congresso”, entre “o programa político revolucionário [dos estudantes] e o programa cultural daquele”, entre “o americanismo militante pró-trabalhador e o nacionalismo cultural mexicano”, entre “o ataque ao estado e a defesa do mesmo” (BAO, 1999, p. 53).

Assim, se por um momento o governo revolucionário pareceu responder aos anseios de trabalhadores e estudantes, logo as tensões se mostraram insuperáveis. Como afirmou Bergel, o próprio Vasconcelos teria percebido em seus interlocutores “a desconfiança em relação às elites políticas” (BERGEL, 2012, p. 32). O golpe fatal nessa aliança viria com a seguinte passagem do comentado Congresso de 1921 no México: “Os centros e federações estudantis devem lutar (...) para abolir o atual conceito de relações internacionais, garantindo que, a partir de agora, estas sejam estabelecidas entre pessoas e não entre governos.” (CONGRESSO apud BERGEL, 2012, p. 32). Estava decretada a separação entre os “de arriba” e os “de abajo”.

Latino-americanismos dos “de fora”

“Em cima”, “abaixo”, “mais abaixo”... parecem esgotadas as possibilidades para políticas latino americanistas: a via diplomática do Estado teria se mostrado paternalista e a da juventude estudantil não teria alcançado uma “tradução prática” (BERGEL); as Universidades Populares teriam sido mais uma expressão do ponto de vista estudantil e as Universidades dos Trabalhadores, braço dissidente das Populares, teriam sucumbido por “inanição ideológica e política” (BAO). No entanto, nem só de “Estado”, “estudantes” e “trabalhadores” é feita a América Latina. É preciso considerar outras dimensões dessa “comunidade imaginada”. Autoras como a chilena Patricia Pinto Villarroel, as estadunidenses Mary Louise Pratt e Luz

Horne e a brasileira Maria Ligia Prado, entre tantas outras, têm se dedicado a dar visibilidade às formulações de mulheres sobre a América Latina. Já Frank A. Guridy e Juliet Hooker, com base nas diversas vertentes identificadas por Michael Dawson, investigam tendências do pensamento político e social afro-latino-americano. A historiadora Claudia Zapata Silva, por sua vez, vem se dedicando ao pensamento indígena sobre o continente.

1.1 Ensaístas latino-americanas

Em *Un pensamiento alternativo en el ensayo latinoamericano* (1992), Villarroel, definindo o ensaísmo hispano-americano enquanto um campo de estudos associado ao “questionamento da identidade, à busca da origem e das chaves que nos permitem compreender-nos como seres da América Latina”, observa que “os estudiosos desta ensaística parecem não ter percebido que este corpus sofre de uma deficiência que, por si só, retira boa parte de sua validade ao não acolher em seu interior as vozes reflexivas das ensaístas, nossas ensaístas” (VILLARROEL, 1992, p. 65). No esforço de superar essa “falha” da historiografia do ensaísmo latino-americano e sem perder de vista a heterogeneidade dessas interlocutoras ausentes, Villarroel apresenta ao menos duas grandes vertentes: uma delas reúne mulheres como Julieta Kirkwood, Amanda Labarca, Rosario Castellanos, Rosario Ferré, autoras que escrevem “identificando-se com o gênero feminino e focando questões dessa perspectiva específica”; a outra agrupa autoras que “oscilam entre se conceberem como mulheres e se separarem de alguns tipos e problemas de mulher”. Gabriela Mistral, Victoria Ocampo, Amanda Amunátegui estariam entre estas últimas⁵.

Em *No me interrumpas!* (2000), Pratt retoma o tema identificando no ensaísmo latino-americano canônico “verdadeiros espelhos a intelectualidade masculina” que refletem as imagens de “uma dezena de nomes amplamente conhecidos e muito valiosos: Bello, Echeverría, Sarmiento, Montalvo, González Prada, Hostos, Martí, Rodó, Henriquez Ureña,

⁵ Ainda que, por exemplo, a menção à Gabriela Mistral e à Victoria Ocampo em *El anti-anti norte americanismo en América Latina* (BERGEL, 2011) não venha acompanhada do tensionamento da questão de gênero, isso não significa uma total ausência dessa abordagem por parte de outros autores e em outros momentos. Em *La red de pensadores latinoamericanos de los años 1920: relaciones y polemicas de Gabriela Mistral, Vasconcelos, Palacios, Ingenieros, Mariátegui, Haya de La Torre, El Repertorio Americano y Otros más* (1999), o chileno Eduardo Devés Valdés inicia o subtítulo com o nome de sua conterrânea Mistral e desdobra nas conclusões a importância disso: “É importante que este circuito seja o primeiro daqueles criados pelo pensamento latino-americano, no qual há uma presença feminina significativa. E não só isso, Gabriela Mistral constitui um dos seus polos. Além da chilena há outras mulheres que ganham espaço: Magda Portal, Juana de Ibarbourou, Teresa de la Parra, Amanda Labarca, Emilia Bernal. Isso está impondo a questão das mulheres e do feminismo. Dialeticamente, as mulheres impõem os seus temas e os seus temas criam um espaço para elas (VALDÉS, 1999, p. 79).

Vasconcelos, Mariátegui, Martínez Estrada, Arcieniegas, Reyes, Picón-Salas, Zea, Paz, Anderson, Imbert” (PRATT, 2005, p. 72).

Referindo-se à Pratt em *La interrupción de un banquete de hombres solos* (2005), Luz Horne também observa que no “cânon do ensaio latino-americano [...] a presença feminina é praticamente inexistente - senão nula -, com o que poderíamos dizer que a coerência e o hermetismo se reproduzem em um nível paralelo que coaduna com a narrativa” (HORNE, 2005, p. 7) . Contra isso, a autora “interrompe o banquete” para apresentar as ideias que a venezuelana Tereza de la Parra (1889-1936) registrou em *Influência das mulheres na formação da alma americana*, manuscrito da conferência que realizou em Bogotá naquele ano 1930. Na ocasião, La Parra se propõe a traçar uma leitura para a história do continente que interroga “onde estão as mulheres” e onde está o “modo de intervenção política feminina” (HORNE, 2005, p. 11). Não interessa a ela somente localizá-las, mas também “um tipo de discurso que se ocupa das mulheres” (HORNE, 2005, p. 12). A própria autora, ao deslocar-se do “novelismo” para o gênero ensaístico, cruza uma fronteira e “interrompe o banquete”, o que é bem diferente de se integrar a ele. No entanto, uma vez que isso ocorre, caberia lançar a seguinte pergunta: reescrever a história a partir da perspectiva feminina [...] não implica fazer uma inversão, mudar de uma história para outra, igualmente monológica e identitária? Mais que isso:

Se a intenção é falar da “alma americana” e da influência que as mulheres tiveram na sua formação, não está sendo criada uma nova ficção de identidade para a América Latina, desta vez definida tendo as mulheres como centro? (HORNE, 2005, p. 13).

Horne argumenta que o esforço de La Parra em “diferenciar duas identidades que se tinham considerado como idênticas” - “a masculina e a latino-americana” - não visa uma substituição do masculino pelo feminino, pois a identidade feminina para La Parra é entendida de modo aberto, “posicional”, de maneira situada. Assim, enquanto:

Os “homens” dedicam-se a colocar rótulos e a definir identidades fixas que apenas criam antagonismos (exclusões), aqueles que têm uma posição periférica em relação à sua própria cultura – os jovens, o povo e as mulheres – têm um estilo diferente que desordena e mistura (embaralha) as diferenças, que confunde os limites entre dentro e fora, confundindo-os de forma “cordial”, sem antagonismos (HORNE, 2005, p. 15).

A “*alma feminina*” da América Latina é, nesse sentido, “posicional”, situada. Contudo, coube aqui outra indagação de Horne: “o que acontece quando se constroem novas ficções identitárias (novos rótulos) que colocam as mulheres, os jovens e o povo sob um único registro (um único tema, diria Borges) que, em vez de subverter a exclusão, perpetua-a?”

(HORNE, 2005, p. 15). Horne concorda que isso “tem ocorrido com certa nova escritura ‘de mulheres’ latino-americanas” quando esta se limita a “certos temas”, e argumenta que o que La Parra defende não é uma “oposição complementar”, mas uma subversão que borre os limites das identidades e toda a tentativa de essencialização.

Recentemente, em *Utopias Latino-americanas* (2021), Maria Lígia Prado, dedicando o capítulo inicial da antologia que organiza à discussão sobre a violência contra as mulheres, busca “mostrar como se cruzam as problemáticas específicas da História das Mulheres e das relações de gênero com as da História Política, tomando espaços e temporalidades diversas da América Latina” (PRADO, 2021, p. 20). Nesse exame, a autora coloca em evidência que “a violência política também se apresenta a partir de estratégias de anulação da mulher como sujeito político”, uma vez que, “por meio da manipulação pública de um imaginário que pressupõe que a mulher que faz escolhas sobre a vida, que reivindica uma voz e exige ser escutada, desafiando o poder hegemônico é quase uma “aberração” (PRADO, 2021, p. 34).

1.2 Pensamento afro-latino-americano

Outra dimensão do Latino-americanismo que foi deixada “de fora” é aquela que traz contribuições do pensamento afro-latino-americano. Com base nas correntes identificadas por Michael Dawson - projetos políticos igualitários radicais, liberais negros, marxistas negros, nacionalistas negros, feministas negros, e conservadores negros -, os afro-americanos Frank A. Guridy, professor de História na Columbia University, e Juliet Hooker, professora de Ciência Política na Brown University, traçam em *Tendências do pensamento político e social afro-latino-americano* (2018) o seguinte panorama:

Os intelectuais afro-latino-americanos se envolveram com uma variedade de fontes e ideias, rejeitando-as e adaptando-as, engajando-se nos debates centrais da política latino-americana: disputas sobre o significado da liberdade e da cidadania, assim como sobre as formas de comunidade política que melhor serviriam às novas nações no período pós-colonial. A maior parte, mas não o todo, tendeu a gravitar em direção a movimentos políticos que defendiam visões racialmente inclusivas de comunidade. Outros advogavam por uma série de variações de correntes mais conservadoras de pensamento racial, algumas das quais chegavam a replicar hierarquias coloniais. Outros ainda, particularmente no século XX, influenciaram o pensamento radical marxista anti-imperialista, e foram também influenciados por ele, propondo formas de comunidade que rejeitavam os quadros nacionalistas liberais (GURIDY; HOOKER, 2018, p. 221).

Como já advertem os autores, dada a “relação problemática que os pensadores negros sempre tiveram com o Estado-nação na América Latina, o pensamento afro-latino-americano proporciona um ponto de vista distinto das sociedades latino-americanas”. No entanto, é essa

divergência que “ataca diretamente questões pouco exploradas no pensamento político latino-americano em geral” (GURIDY; HOOKER, 2018, p. 221). Um desses pontos diz respeito ao fato de que “historicamente, pensadores negros tenderam a ser marginalizados pelas instituições acadêmicas, literárias e culturais convencionais na América Latina” (Idem, p. 223). Outro diz respeito ao reconhecimento de que a rede que articula pensadores afro-latino-americanos não coincide com a rede que busca uma integração latino-americana. Uma explicação para isso estaria no próprio pensamento diaspórico que atravessa as vertentes transnacionais do pensamento afro-latino-americano - o pan-africanismo, por exemplo -, que tem o Atlântico como elemento de separação, não a “América profunda”.

Isso não significa, contudo, que o pensamento afro-latino-americano não tenha sido atravessado por impulsos de integração continental ou, no mínimo, de interação continental. A produção de poetas e escritores vinculados à Renascença do Harlem, ao Afro-cubaníssimo e a Negritude teria provocado um “impacto ainda mais profundo” que outras correntes transnacionais do pensamento afro-latino-americano: “Esses movimentos eram parte de uma revolução cultural mais abrangente que envolveu as Américas e o mundo atlântico durante os anos de 1920 e 1930” (GURIDY; HOOKER, 2018, p. 244). Mas além disso, mais uma vez aqui é um sentimento anti-imperialista que contribui para algumas aglutinações:

Os escritos e as trajetórias políticas de Hughes, Guillén e Roumain nos anos de 1930 deixam patente a crescente influência do movimento comunista internacional e do anti-imperialismo sobre os escritores afrodescendentes (e sobre muitos latino-americanos). De fato, não foi apenas a “moda” do primitivo que impulsionou os temas e as escolhas artísticas desses produtores culturais. À medida que o intervencionismo dos Estados Unidos e a crise econômica da Grande Depressão expuseram as fragilidades das economias políticas latino-americanas, esses intelectuais juntaram-se a outros escritores e artistas no México e em outras partes da América Latina para questionar tanto o racismo científico predominante da primeira parte do século quanto os nacionalismos de elite das décadas anteriores, e para formular tipos de marxismo negro e críticas do imperialismo capitalista. As prolongadas tensões engendradas pela presença estadunidense na América Latina continuaram a conformar o pensamento dos escritores afro-latino-americanos, especialmente à medida que a Guerra Fria polarizava ainda mais a política na região (GURIDY; HOOKER, 2018, p. 247).

1.3 Intelectuais indígenas pensam a América Latina

Depois de percorrermos um sinuoso caminho crítico pelos mais variados lugares de enunciação do Latino-americanismo, passando pelo Estado, pela juventude estudantil, pelas perspectivas de classe, gênero e raça, chegamos a uma fronteira entre concepções de mundo fundamentalmente distintas. Trata-se agora de considerarmos as contribuições indígenas para o Latino-americanismo. Em *Intelectuais indígenas pensam a América Latina* (2007), livro que resultou do Simpósio de mesmo título realizado no ano anterior no Salão de Honra da **Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 8, n. 1, 2024, p. 294-310**

Universidade do Chile, a organizadora do evento, Claudia Zapata Silva, reúne historiadores, sociólogos, antropólogos, escritores e poetas indígenas “cuja produção escrita tem como ponto de partida o compromisso de pertencer a um povo originário e, mais amplamente, a um coletivo continental”. O intuito, como afirma a historiadora chilena, é *dar visibilidade a produção dos intelectuais indígenas* que, uma vez incorporados, não sem conflitos, pelos Estados Nacionais e seus respectivos “projetos modernizadores, principalmente aqueles que se colocaram em marcha a partir das primeiras décadas do século XX”, se engajaram pela via da formação acadêmica na “rearticulação política de seus povos” (SILVA, 2007, p. 11).

Ao considerarmos os indígenas no conjunto de formuladores das políticas culturais de integração latino-americana, nos aproximamos de outras formulações geopolíticas de escala continental, não apenas pautadas no impulso anti-imperialista inicial, mas também no aprendizado com outras cosmovisões. O que se incorpora não são apenas agentes históricos para ampliar um coro anti-imperialista - na melhor das intenções -, mas em primeiro lugar as distintas percepções de um mesmo território e seu destino. Pode-se dizer que os povos indígenas apresentam uma das mais desafiadoras propostas para a construção de uma política cultural de integração ao apontarem para outros modos de produção da totalidade da vida, pois além do dos deslocamentos provocados pelas perspectivas de gênero, de sexualidade e de raça, as perspectivas indígenas convidam à reformulação dos fundamentos de toda uma civilização, ultrapassando os limites do que o Ocidente construiu como humanidade.

Paralelamente a esse movimento recente protagonizado pelos próprios indígenas, um interesse crescente pelos perspectivismos ameríndios tem emergido no campo das ciências sociais. Buscando um acerto de contas com um passado comprometido com a empresa colonial, a antropologia, disciplina ponta-de-lança do imperialismo do séc. XIX, procura sua refundação no século XXI: transformar-se na vanguarda anticolonial. É o que tem feito o antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro ao visitar, agora informando pelo perspectivismo ameríndio, a antropofagia oswaldiana - uma interpretação do ritual praticado pelos tupinambás - por ele considerada “a reflexão meta-cultural mais original produzida na América Latina até hoje” e “a única contribuição realmente anticolonialista que geramos” (CASTRO apud SZTUTMAN, 2011, p. 168). Outro reexame do tipo desde as ciências sociais aparece nas reflexões de Fernanda Beigel sobre o socialismo indo-americano do peruano José Mariátegui, nas quais a cientista social e historiadora argentina reconhece uma abertura para investigações contemporâneas dos perspectivismos indígenas da região andina (BEIGEL, 2001).

Considerações finais

Se pretendemos uma real unidade latino-americana, é preciso, em um primeiro momento, dar sentido não àquilo que temos de semelhante, mas ao que temos de diferente (NOVAES, 2006, p. 11).

O desafio colocado para as políticas culturais de integração latino-americana é, sem dúvida, enorme. O que fizemos até aqui foi apenas mapear algumas das tensões que estão nos fundamentos dessas políticas. Um primeiro esforço foi olhar para aqueles “ao lado”, para os outros países do continente, o que já apresenta seus obstáculos com o “desdém” secular de uma corrente crítica brasileira. No entanto, o anti-imperialismo se mostrou uma força aglutinadora por excelência, permitindo um primeiro deslocamento em nossa investigação e, inclusive, o exame de um anti-antiamericanismo. Na sequência preparamos a descida para o exame dos Latino-americanismo desde abaixo, principalmente da juventude universitária, quando então percebemos que não falávamos “desde tão abaixo”. Desse modo, foi preciso considerar outra camada, a dos trabalhadores nas Universidades Populares. Vimos que, mesmo assim, nenhum desses experimentos teve êxito e parecíamos ter esgotado todas as possibilidades. Somente passamos a arejar aquele terreno quando consideramos os latino-americanismos dos “de fora” do roteiro canônico: mulheres, negros e indígenas, o que possibilitou a ampliação dos debates e abertura de horizontes.

O futuro das políticas culturais de integração continental depende de um esforço, sempre renovado, de ampliar a compreensão das complexidades desse território, buscando dar sentido, como argumenta Novaes, ao que temos de diferente.

Referências

ANDRADE, O. (1992). *O esforço intelectual do Brasil contemporâneo*. In: ANDRADE, O. *Estética e política*. São Paulo: Globo.

BAO, R. M. (1999). *Las Universidades Populares en América Latina 1910-1925*. ESTUDIOS· Nº 11-12, Enero-Diciembre 1999, Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba. Disponível em: https://www.academia.edu/5660763/Las_Universidades_Populares_en_Am%C3%A9rica_Latina_1910_1925

BERGEL, M. (2011). *El anti-antinorteamericanismo en América Latina (1898-1930)*. *Apuntes para una historia intelectual*. Nueva Sociedad No 236, noviembre-diciembre de 2011. Disponível em:

<https://nuso.org/articulo/el-anti-antinorteamericanismo-en-america-latina-1898-1930-apuntes-para-una-historia-intelectual/>

_____, M. *América Latina, pero desde abajo. Prácticas y representaciones intelectuales de un ciclo histórico latinoamericanista. 1898-1936*. Cuadernos de Historia: Departamento de Ciencias Históricas. Universidad de Chile. Junio 2012: 7-36. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-12432012000100001

CASTRO, E. V. (2007). *Temos que criar um outro conceito de criação* (Entrevista concedida a Pedro Cesarino e Sergio Cohn (Revista Azougue). In: SZTUTMAN, R.. *Eduardo Viveiros de Castro*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue (Coleção Encontros), 2008, p. 164-187.

CENTRO DE ESTUDIOS DE INTEGRACIÓN LATINO-AMERICANA “MANUEL UGARTE”. Ver em: [Biografía de Manuel Ugarte \(unla.edu.ar\)](https://www.unla.edu.ar/biografia-de-manuel-ugarte)

DIAS, N. (2019). *O México revolucionário e o Latino-americanismo no Brasil nos anos 1920*. Florianópolis: Revista Esboços, v. 26, n. 41, p. 126-148, jan./abr.. Ver em: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2019v26n41p126>

GOBAT, M. (2013). *The Invention of Latin America: A Transnational History of Anti-Imperialism, Democracy, and Race*. AMERICAN HISTORICAL REVIEW, December 2013. Disponível em: <https://academic.oup.com/ahr/article/118/5/1345/17516?login=false>

GURIDY, F. A.; HOOKER, J. (2018). *Tendências do pensamento político e social afro-latino-americano*. In: FUENTE, A. de la; ANDREWS, G. R.. *Estudios afro-latino-americanos: una introducción*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO. Disponível em: https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/buscar_libro_detalle.php?campo=autor&texto=&id_libro=1497

HORNE, L. (2005). *La interrupción de un banquete de hombres solos: una lectura de Teresa de la Parra como contracanon del ensayo latinoamericano*. Revista de Crítica Literaria Latinoamericana, 2005, Año 31, No. 61 (2005), pp. 7-22. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25070256>

MATOS, A. de C.; BOTAS, N. C. A. (2023). *Um continente que não coube numa Semana: modernistas de 22 e a América Latina*. Revista Thésis, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15. Disponível em: <https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/view/383>.

MONTEIRO, P. M. (2009). *As Raízes do Brasil no espelho de Próspero*. Novos Estudos, n. 83. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/LKJHDsV3n8h9VyykttG5QBg/>

MINISTÉRIO DE CULTURA ARGENTINA. Disponível em: [Alfredo L. Palacios, primer diputado socialista de América | Ministerio de Cultura](https://www.mincultura.gub.uy/alfredo-l-palacios-primer-diputado-socialista-de-america)

NOVAES, A. *Oito visões da América Latina*. São Paulo: Senac, 2006.

ORTEMBERG, P. (2017). *Panamericanismo, hispanoamericanismo y nacionalismo en los festejos identitarios De América Latina, 1880-1920. Performances y encrucijadas de diplomáticos e intelectuales*. Anuario IEHS 32(1). Disponível em: [http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/Files/2017%201%06%20Anuario%20IEHS%2032\(1\)%20d.Presentaci%C3%B3n.pdf](http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/Files/2017%201%06%20Anuario%20IEHS%2032(1)%20d.Presentaci%C3%B3n.pdf)

PRATT, M. L.; CANO, G. (2000). “No me interrumpas”: las mujeres y el ensayo latinoamericano. *Debate Feminista*, Vol. 21 (ABRIL 2000), pp. 70-88. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42624563>

PRADO, M. L. (2021). *Utopias latino-americanas: política, sociedade, cultura*. São Paulo: Contexto.

SILVA, C. Z. (2007). *Intelectuales indígenas piensan América Latina*. Quito: Abya-Yala.

VALDÉS, E. D. (1999). *La Red De Los Pensadores latinoamericanos de los años 1920: (Relaciones y polemicas de Gabriela Mistral, Vasconcelos, Palacios, Ingenieros, Mariátegui, Haya de La Torre, dl Repertório Americano y otros mas)*'. Editora: Cidade da Editora. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/BoletinAmericanista/article/view/13013>

VILLARROEL, P. P. (1992) *Un pensamiento alternativo en el ensayo latinoamericano: Feminarios, de Julieta Kirkwood* . Chasqui , May, 1992, Vol. 21, No. 1 (May, 1992), pp. 55-66. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/29740428>